

Modernidade ou pós-modernidade: qual o período em que vivemos? (A ética tem lugar nesta discussão?)

VIEIRA, Luciana Moreira Martins

Resumo

Este artigo pretende discutir sobre o conceito de modernidade e sua vigência. Se ainda vivenciamos a modernidade ou a pós-modernidade. Se no contexto da sociedade moderna ainda existe um espaço para a discussão da ética. Para tanto, far-se-á uma discussão por meio dos trabalhos Habermas, Beck e Giddens. Pretende-se mostrar a visão desses autores acerca da modernidade e as propostas de superação encaminhada por eles para os dilemas da modernidade.

Palavras chaves: teoria social, sociedade moderna, políticas alternativas.

Abstract

This article discusses the concept of modernity and its validity. If we still experience modernity or post modernity. If in the context of modern society there is still room for ethics discussion. For that, will be done a discussion through Habermas, Beck's and Giddens works. Intended to show the point of view of these authors about modernity and the proposals to overcome forwarded by them to the modernity dilemmas.

Keywords: social theory, modern society, alternative policies.

Resumen

Ese artículo desea discutir el concepto de modernidad y su vigor. Si en el contexto de sociedad moderna todavía existe un espacio para la discusión de la ética. Para eso, se hará una discusión por intermedio de los trabajos Habermas, Beck y Giddens. Con la intención de mostrar la visión de estos autores sobre la modernidad y las propuestas presentadas por ellos para superar los dilemas de la modernidad.

Palabras clave: teoría social, sociedad moderna, políticas alternativas

O objetivo deste artigo é refletir de forma breve sobre algumas concepções do conceito de modernidade e as implicações deste conceito nas discussões sobre modernidade, pós-modernidade e se ainda existe um espaço para ética em tais discussões. Qual o período em que vivemos? Já superamos a modernidade? O mundo ao qual estamos inseridos é pós-moderno? Reflexões sobre ética ainda têm espaço ou estão anacrônicas? A fim de proceder com essas reflexões e tentar indicar alguns caminhos far-se-á uma releitura de autores relevantes¹ como Habermas, Beck e Giddens que discutem esta questão.

Para responder tais questionamentos é preciso relembrar alguns pontos acerca do surgimento da modernidade e sua relevância para as Ciências Sociais. A modernidade é para as Ciências Sociais um fenômeno inquietante sendo objeto de vários estudos realizados por diversos autores de formas distintas. Embora a modernidade seja trabalhada de forma distinta, concorda-se que ela possua três marcos que inicialmente a definem, os quais são a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o Iluminismo (HALL, 1996).

A modernidade é um fenômeno impactante para o nosso mundo. Ela interfere no desenvolvimento de toda a sociedade modificando formas de pensar e viver.² A modernidade é tão fundamental que as Ciências Sociais surgem a partir das modificações que ela proporciona em toda sociedade. É importante lembrar que a Sociologia, enquanto ciência, surge no século XIX mediante as reflexões de Auguste Comte e tem como seus fundadores Èmile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Estes autores tentam explicar os fenômenos sociais que se alteraram profundamente após a modernidade (COHN, 1997).

Nesse sentido pode-se enquadrar a visão de diversos autores acerca da percepção da modernidade em três grupos distintos: 1) o primeiro grupo constitui-se daqueles autores com uma visão pessimista sobre a modernidade como Weber e Adorno. Tal concepção é reforçada porque embora estes autores identifiquem e analisem bem a modernidade e seus desdobramentos, eles não apontam alternativas para os efeitos perversos que identificam. Por isso, podem ser enquadrados como pessimistas; 2) o segundo grupo de autores é aquele que percebe a modernidade de forma otimista como os primeiros iluministas como Condorcet, Durkheim e Parsons. Estes autores acreditavam que a modernidade abria vários caminhos interessantes para a sociedade e que a Sociologia seria a ciência capaz de conduzir a sociedade rumo à felicidade para os mais otimistas como Condorcet e Durkheim ou no mínimo ao equilíbrio como refletia Parsons; 3) o terceiro grupo de autores, embora tenha uma percepção negativa acerca da modernidade, acredita numa ponderação entre os seus efeitos positivos e negativos. Neste grupo pode-se destacar Marx³, Habermas, Beck e Giddens.

Para uma melhor compreensão da modernidade é necessário falar sobre alguns autores contemporâneos que trabalham o tema como Jürgen Habermas, Ulrich Beck e Anthony Giddens.

¹ A escolha por esses autores dá-se por sua importância nos recentes debates das Ciências Sociais e sua grande influência no pensamento ocidental. Tais autores são relevantes, mas não são os únicos a abordar ou discutir o tema em questão. A escolha deles dá-se devido à robustez e consistência de suas obras.

² Muitos autores discutem estes fenômenos como Habermas em seu artigo *Modernidade: um projeto inacabado*, Beck em seu livro *Sociedade de risco* e Giddens em seu livro *As consequências da modernidade*.

³ Marx enxerga a modernidade de forma positiva na medida em que ela traz consigo o capitalismo e este traz em si o germe de sua destruição, o proletariado. Entretanto, esse autor é enquadrado nesse grupo porque ele acredita que mesmo com os efeitos negativos advindos com a modernidade há a possibilidade da superação desses. Ou seja, a humanidade pode domar o monstro que criou (MARX, 1996).

Na visão de Habermas o projeto da modernidade foi formulado no século XVIII por filósofos iluministas e tinha por escopo promover os fundamentos universalistas da moral, do direito e da arte autônoma. No entanto, no bojo desses ideais também foram libertos os potenciais cognitivos voltados para a prática. Ou seja, houve uma configuração racional da vida liberando a razão instrumental em todos os campos da vida (VIEIRA, 2002).

Nesse sentido, a modernidade não cumpriu suas promessas como o controle das forças naturais, a interpretação de si mesmo e do mundo, o progresso da moral, a justiça das instituições sociais e mesmo a felicidade dos homens (HABERMAS, 1984).

Houve uma implementação da modernidade por meio de uma modernização unilateral. Tal modernização deu-se mediante a pressão dos imperativos do crescimento econômico e das metas de organização estatal. Essa modernização unilateral foi orientada segundo padrões de racionalidade econômica e administrativa. Nessas esferas prevalece o uso da razão instrumental. A grande questão é que áreas em que a razão instrumental não deveria ter lugar como as esferas da vida que estão concentradas na tradição cultural, integração social e educação passam a sofrer interferência em seus modos de organização. As esferas da vida são ou pelo menos deveriam ser regidas pela racionalidade comunicativa (HABERMAS, 1984).

Ao contrário do que a modernidade prometeu, houve uma penetração de valores econômicos e administrativos em esferas que antes não lhes pertenciam. Isso conduz o mundo da vida a se desvalorizar em sua substância tradicional, ameaçando empobrecê-lo (HABERMAS, 1984).

É necessário ressaltar que para Habermas as sociedades contemporâneas estruturam-se em dois princípios: o mundo sistêmico e o mundo da vida. O mundo sistêmico é aquele no qual há o domínio da ação instrumental organizando o mercado e o Estado. O mundo da vida é dominado pela racionalidade comunicativa e é ela que o organiza (VIEIRA, 2002).

A racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa são princípios que definem mundos que se interpenetram, disputando entre si o espaço social existente. Assim, quando o mundo da vida passa a ser colonizado pelo mundo sistêmico existe o que Habermas chama de patologia da modernidade. Para superação de tal patologia, como uma medida de terapia, propõe políticas que instituem uma normatividade que viabilize a racionalidade comunicativa (HABERMAS, 1984).

Não obstante, tal análise das patologias da modernidade, Habermas é crítica por não apontar aqueles que serão portadores sociais desta missão. Não há atores reais que possam defender o mundo da vida de tal colonização. Um desses críticos é Leis (1999).

Para Habermas a modernidade inicia-se com um processo de desencantamento do mundo⁴, trazendo a diferenciação entre ciência, moral e arte. Tal diferenciação da ciência traria luz aos problemas da humanidade por meio da razão. Entretanto, a modernidade escapou de seu caminho original e dirigiu para uma modernização econômica e administrativa, deixando de forma incompleta as promessas da modernidade social, a qual conduziria a uma total emancipação humana. É neste sentido que Habermas considera a modernidade um projeto inacabado.

Em relação à discussão sobre se vivemos ou não a modernidade? Se existe um novo período que se pode denominar de pós-modernidade? Habermas responde estas questões afirmando que ainda não

⁴ A expressão desencantamento do mundo é utilizada por Max Weber para explicar o surgimento da ciência e sua contraposição com o senso comum e com razões religiosas. Tal expressão e explicações sobre ela podem ser encontradas em seu livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

ultrapassamos as fronteiras do mundo moderno. O que acontece é que o debate sobre a pós-modernidade advém ou deve vir de uma dissociação entre modernização e modernidade. O termo modernização refere-se a uma abstração do conceito de modernidade (VIEIRA, 2002).

O termo modernização não remete as origens européias e que dão toda conformação ao que a modernidade é de fato. Tal abstração acaba por desfazer as conexões internas entre o conceito de modernidade e autocompreensão da modernidade adquirida dentro do horizonte da razão ocidental. Essa dissociação entre o conceito de modernidade e modernização promove no conceito de modernidade um certo padrão de neutralização espaço-temporal de desenvolvimento social em geral. É como se os processos advindos com a modernidade fossem autônomos, fossem conseqüências naturais e não decisões políticas. Nesse sentido, torna-se então possível relativizar os processos de modernização no seu curso, por assim dizer automático, adotando a posição de distanciamento de um observador pós-moderno (HABERMAS, 1984).

Outro autor importante que discute a modernidade e seus efeitos é Beck. Para ele, a modernidade trazia inicialmente consigo a crença no progresso. Só que tal crença foi abalada. Cria-se que as pessoas foram libertas das certezas feudais e religiosas para o mundo da sociedade industrial, o qual lhes garantia uma certa segurança. Não obstante, as pessoas estão passando da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco e posteriormente para a sociedade mundial do risco (BECK, 1992, 2000).

Para uma efetiva compreensão da modernidade é fundamental a compreensão do conceito de sociedade de risco que Beck propõe para explicar o período vivenciado por todos nós.

Para se entender o conceito de sociedade de risco é fundamental a distinção em primeira e segunda modernidade. A primeira modernidade seria a modernização simples onde existe a presença do Estado-nação e as relações sociais são entendidas no âmbito territorial (BECK, 1992, 1997, 2000).

A primeira modernidade liga-se ao uso exclusivo da razão. Ou seja, qualquer problema ou distúrbio tinha que ser solucionado no interior da sociedade industrial com o uso eficaz da razão (VIEIRA, 2002).

A segunda modernidade é a modernidade reflexiva, a qual segundo Beck consiste no período que vivenciamos. A modernidade reflexiva caracteriza-se por cinco processos interligados: a globalização⁵, a individualização⁶, a revolução de gênero⁷, os subempregos⁸ e os riscos globais⁹.

A modernização reflexiva altera também a forma como a ciência trabalha. Pode-se distinguir neste contexto dois tipos de ciência. A primeira ciência é aquela extremamente técnica, seu compromisso é o mito da precisão. A segunda é aquela ciência aberta a discursividade pública da experiência. Ou seja, objetivos e meios, restrições e métodos são constantemente discutidos e revisados. Com a nova forma de

⁵ Por globalização entende-se a interligação do mundo por meio das várias revoluções industriais. Ou seja, a globalização consiste na interligação do mundo via os meios de comunicação e uma certa padronização dos costumes e desejos das sociedades contemporâneas.

⁶ A individualização pode ser compreendida como o culto ao indivíduo e suas necessidades particulares. A busca por uma reflexão sobre os anseios e a constituição do *self*.

⁷ A revolução de gênero consiste na discussão dos papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade. A mudança da matriz social devido à alteração das relações entre homens e mulheres. Tais relações ainda continuam em discussão.

⁸ Por subempregos entende-se os atuais empregos que tem seus salários cada vez mais achatados pela própria dinâmica do capitalismo que acaba por prescindir de sua categoria central que é o trabalho.

⁹ Por riscos globais entende-se as crises ecológicas e a quebra dos mercados financeiros globais.

se perceber a ciência e de vivenciá-la faz-se necessário formas e fóruns de cooperação entre a indústria, a política e o povo (BECK, 1995).

As verdades não são mais absolutas e não duram para sempre. Existe uma tendência nesta modernização reflexiva na desmonopolização da especialização. A modernidade parte dos princípios da precaução e da reversibilidade, nos quais a dúvida é necessária não só a ciência, mas deve ser aplicada a qualquer forma de reflexão (VIEIRA, 2002).

“A modernização reflexiva também – e essencialmente – significa uma ‘reforma da racionalidade’ que faz justiça à ambivalência histórica a priori em uma modernidade que está abolindo suas próprias categorias de ordenação” (BECK, 1995, p. 47).

Portanto, para Beck ainda vivenciamos a modernidade. Uma modernidade alterada, na qual a razão não é garantia de sucesso e que conduz a uma sociedade de risco. Esta consiste numa fase do desenvolvimento da sociedade moderna onde os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle da sociedade industrial. A sociedade de risco não é uma escolha, mas uma consequência do desenvolvimento da humanidade. Ela é o tomar corpo de todas as ameaças produzidas pelo desenvolvimento da sociedade industrial (BECK, 1992, 1995).

Para Beck não existe a pós-modernidade, mas sim a sociedade de risco. Ainda não se ultrapassou os efeitos trazidos pela sociedade industrial, não se superou a modernidade apenas houve um aprofundamento em seus efeitos mediante a sociedade de risco.

A modernidade também é discutida por Giddens. Este também acredita que ainda não se superou a modernidade como Beck e Habermas. Não obstante, a percepção acerca da modernidade de Giddens é bem diferente. Giddens percebe a modernidade mediante quatro dimensões institucionais o capitalismo¹⁰, a vigilância¹¹, o poder militar¹² e o industrialismo¹³ (GIDDENS, 1991a, b).

É fundamental a compreensão de que tais dimensões são aspectos da modernidade que não se reduzem uns aos outros. Tais dimensões constituem-se em um *framework* para o entendimento das sociedades modernas. Só é possível compreender a modernidade exposta por Giddens mediante a percepção das quatro dimensões da modernidade e suas consequências (VIEIRA, 2002).

Por modernidade entende-se como sendo um estilo, costume de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e posteriormente tornou-se mais ou menos mundial em sua influência. Isso associa de começo a modernidade a um período de tempo e uma localização geográfica, mas deixa suas características principais ainda guardadas em segurança numa caixa preta (GIDDENS, 1991a, p.11).

Uma característica fundamental para o desenvolvimento da modernidade é a natureza das discontinuidades. Ter esta compreensão é indispensável para entender a análise de Giddens sobre a modernidade. Ao se aceitar que a história humana é marcada por discontinuidades, admite-se que ela não tem uma forma totalizada, não podendo refletir certos princípios unificadores de organização e

¹⁰ O capitalismo é a dimensão na qual há acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos.

¹¹ A vigilância consiste no controle da informação, supervisão social e monitoramento das atividades pelos estados e por outras organizações.

¹² O poder militar liga-se ao controle dos meios de violência nas mãos do Estado no contexto da industrialização da guerra.

¹³ O industrialismo é a transformação da natureza do desenvolvimento do “ambiente criado”, ou seja, a transformação da natureza por meio de técnicas produtivas.

transformação. Isso não significa que não haja episódios precisos de transição histórica, cujo caráter histórico pode ser identificado e sobre os quais possam ser feitas generalizações.

O interesse desse artigo sobre a percepção da modernidade dá-se pelos modos de vida produzidos pela modernidade, os quais nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social.

Portanto, para uma compreensão efetiva do pensamento de Giddens acerca da modernidade é precípua a apreensão de certas categorias fundamentais como a separação do tempo e do espaço, o desencaixe, a confiança e a reflexividade (VIEIRA, 2002).

A modernidade arranca crescentemente o tempo do espaço. Isso ocorre porque a modernidade fomenta a relação entre ausentes. Ou seja, as relações não se dão mais com a interação face a face.

A separação do tempo e do espaço dá-se pela recombinação entre o tempo e o espaço em relação à atividade social. Dispositivos de ordenação tempo-espaço coordenam atividades sociais sem a obrigatória referência às particularidades do local. O esvaziamento do tempo funciona como pré-condição para o esvaziamento do espaço e conseqüentemente separou também o espaço do lugar.

A invenção e a disseminação do relógio mecânico produziram uma forma de mensuração do tempo que acabou por corresponder à uniformidade na organização social do tempo. Criou-se uma dimensão de tempo vazia capaz de promover mudanças em toda forma de organização da vida social. Assim, quando se tem um dispositivo como o relógio mecânico, este permite a coordenação de encontros, conferências e atividades de forma global independente das culturas ou locais aos quais originalmente se esteja (GIDDENS, 1987a, 1991a).

Com efeito, a separação tempo e espaço é crucial para o extremo dinamismo da modernidade por três razões: é condição principal para o processo de desencaixe; permite e proporciona a organização racionalizada, nas quais as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas impensáveis em sociedades tradicionais; possibilita um sistema de datação padronizado, universalmente reconhecido. Tal procedimento permite a apropriação de um passado unitário. Com o tempo e espaço recombina-se uma estrutura histórico-mundial universal como se existisse um passado comum e um futuro universalmente aplicado (GIDDENS, 1989a, 1991).

Outra categoria importantíssima para a compreensão da modernidade é o desencaixe. Este é o processo de esvaziamento do tempo e do espaço. O desencaixe é o esvaziamento das relações sociais de suas circunstâncias locais e sua rearticulação em regiões espaço-temporais indefinidas. O desencaixe só possível por dois mecanismos: as fichas simbólicas e os sistemas peritos.

Fichas simbólicas são os meios de intercâmbio que circulam sem as características específicas dos indivíduos. Um exemplo de ficha simbólica é o dinheiro. O dinheiro possibilita o desencaixe na medida em que deixa suspenso o tempo porque é um meio de crédito e o espaço na medida em que tal valor permite as transações entre muitos indivíduos que nunca se encontraram fisicamente. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço (VIEIRA, 2002).

Os sistemas peritos são sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social do mundo moderno. Tais sistemas deixam em suspenso o tempo e o espaço porque empregam modos de conhecimento técnico cuja validade não depende dos que as praticam e nem dos clientes que os utilizam. Um exemplo de sistema perito pode ser o funcionamento dos aviões em relação ao emprego da tecnologia presente em seus equipamentos de monitoramento e manutenção das aeronaves em vôos (VIEIRA, 2002).

Os sistemas peritos e as fichas simbólicas são denominados sistemas abstratos. Estes são mecanismos de desençaixe porque removem as relações sociais das imediações do contexto fornecendo garantias de expectativas por meio do tempo e do espaço distanciados.

Nesse sentido, os sistemas abstratos dependem e muito da confiança porque tais sistemas sempre oferecem garantias e as garantias só tem validade se houver confiança. Só aceito um papel moeda porque acredito em seu valor, só entro num avião porque acredito que existe tecnologia suficiente para o avião saia de um lugar e chegue a outro, no local e horário estabelecido, em segurança (GIDDENS, 1991a, b).

Nos sistemas abstratos a confiança assume a forma de compromissos sem rosto. É mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante. A confiança em pessoas envolve o compromisso com rosto, nos quais são solicitados indicadores da integridade de outros.

Os sistemas abstratos deveriam, em tese, funcionarem sem a presença do rosto. Entretanto, mediante a reflexividade ocorre o reencaixe. Locais de excelência técnica nos quais deveria se confiar apenas no desenvolvimento tecnológico como no caso do funcionamento dos equipamentos do avião. Existe uma reinserção do rosto mediante as aeromoças. Ou seja, onde a confiança deveria estar alicerçada na fé nos sistemas peritos, nos compromissos sem rosto, como os aparelhos que monitoram o vôo cujo funcionamento o passageiro desconhece, tem-se a transformação da confiança, mediante a atuação da tripulação como as aeromoças que passam harmonia como se a presença delas pudesse garantir um vôo perfeito.

A presença da tripulação e sua atuação consiste numa forma de humanização dos sistemas peritos e é neste momento que se percebe o reencaixe. Essa alteração consiste num ponto de acesso. Uma conexão entre indivíduos ou coletividades, leigos e representantes de sistemas abstratos. São lugares de vulnerabilidade para os sistemas abstratos, mas também junções nas quais a confiança pode ser mantida ou reforçada (GIDDENS, 1991a, b).

Ao se falar em confiança é necessário abordar o conceito de segurança ontológica¹⁴. Sem este conceito é impossível a compreensão das relações mantidas pelos compromissos com e sem rosto. Não obstante, não se desenvolve a segurança ontológica sem a confiança básica¹⁵ desenvolvida na primeira infância.

A confiança, na modernidade, liga-se a noção de risco. O risco advém da ausência no tempo e no espaço. Se fosse possível ter conhecimento pleno de tudo, dos atos das pessoas e de como funcionam todos os sistemas não haveria risco. O risco ainda é aumentado na modernidade pelos sistemas abstratos que cada vez mais separam tempo e espaço.

Confiar significa quer na credibilidade da pessoa ou sistema. É uma fé nas pessoas ou nos princípios técnicos empregados (GIDDENS, 1991a,b, 1993).

A decisão de confiar nem sempre é calculada, já que muitas vezes são tantos dados e eventos a serem considerados que fica quase impossível socialmente chegar a um cálculo, a uma probabilidade ou a

¹⁴ Por segurança ontológica entende-se a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundante. Ou seja, a crença que a humanidade possui e que lhe permite pensar e agir em relação ao futuro de que o mundo não vai acabar amanhã (GIDDENS, 1991a, b).

¹⁵ A confiança básica é aquela desenvolvida na criança mediante o uso freqüente da rotina. A garantia de que após tal horário os pais voltam. A garantia de que após o almoço se vai à escola, por exemplo. O pleno emprego da rotina desenvolve a segurança nas crianças e os permite posteriormente ingressar no mundo adulto.

percepção de um cenário. Portanto, confiar pressupõe uma preparação interior do indivíduo, quase uma predisposição. Tal predisposição vem da personalidade que é desenvolvida juntamente com a confiança básica. Assim, confiar tem um componente interior dos indivíduos, mas também um componente advindo com a própria modernidade: a reflexividade.

Afinal, o que seria este componente? A reflexividade da modernidade refere-se ao fato da maioria dos aspectos da atividade social e das relações materiais com a natureza estarem submetidos à revisão contínua a luz de novas informações ou conhecimentos. Tudo pode ser revisado e alterado mediante uma nova descoberta. As práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas por meio de novas informações. Tudo é possível de ser alterado.

Quando houve a substituição da tradição pela razão pensou-se que esta poderia oferecer uma sensação maior de segurança. Com a constante reflexividade presente e intrínseca a modernidade a razão é subvertida. Pelo menos se a razão for compreendida como conhecimento certo, o qual foi pregado pelo pensamento iluminista. Na modernidade qualquer conhecimento pode ser revisado e perder sua validade (GIDDENS, 1991a).

É interessante pensar que Weber de certa forma indicava este caminho quando afirmava que o destino de um bom cientista é ser superado, pois só assim a ciência caminha (WEBER, 1967).

Ao se abordar a visão de diferentes autores como Habermas, Beck e Giddens percebe-se que nenhum deles acredita que a modernidade foi superada. Cada um deles, a sua maneira e com categorias analíticas distintas, crê que houve uma radicalização da modernidade, uma intensificação de seus efeitos, talvez até um desvio em seu percurso. Tais conseqüências fazem com que não haja a superação da modernidade, mas sim um aprofundamento maior em suas instituições. Por isso, tais autores não crêem e nem aceitam a pós-modernidade como a superação da modernidade. Esta continua tão intensa que não se consegue nem nomear um novo período mantendo-se o nome para aqueles que acreditam na superação como Lyotard de pós-modernidade.

Faz-se necessário discutir então quais seriam as alternativas para os efeitos da modernidade. Se ela prometeu igualdade de condições entre os homens, superação de mazelas como fome e desequilíbrios sociais fazendo uso da razão e não cumpriu: o que pode ser feito? Tal busca por esta resposta pode ser percebida como tentativa de restabelecimento de um equilíbrio social. O que seria isso senão a busca pela ética proposta por Aristóteles na Grécia antiga.

Por ética entende-se o conjunto de virtudes que conduz o ser humano para o bem. As principais virtudes que compõem a ética seriam a coragem, a sabedoria, a prudência e a justiça. As primeiras três virtudes precisam encontrar um equilíbrio porque elas oscilam entre um mínimo e um máximo. No caso da virtude coragem a falta desta virtude faz com o indivíduo seja covarde e seu excesso faz com que o indivíduo seja açoitado. Os dois extremos são perigosos e não são considerados virtudes (ARISTÓTELES, 2002).

Portanto, é preciso haver um equilíbrio. Entretanto, existe uma virtude que não precisa encontrar o equilíbrio em relação à intensidade para ser uma virtude. Tal virtude é a justiça que em si mesma reúne todas as demais virtudes. A justiça não se regula: ou se é justo ou não é. A justiça possui essas características por ela dizer respeito ao outro, a convivência em sociedade. A justiça é atribuir a cada um, o que lhe é seu de acordo com suas necessidades. Por isso, a justiça pode ser considerada a própria ética (ARISTÓTELES, 2002).

Se a modernidade desvirtuou-se dos caminhos da ética é preciso reconduzi-la. Parece-me que ao propor alternativas para superar os dilemas da modernidade Habermas, Beck e Giddens visam uma

recuperação das promessas não cumpridas pela modernidade. É fundamental ressaltar que estes autores têm uma obra muito complexa que é impossível de ser abordada da forma como merece em apenas um artigo. Além disso, tais autores têm pensamentos e usam categorias analíticas muito distintas. O que se tentou com este artigo é mostrar de forma sucinta que não vivenciamos a pós-modernidade, que a modernidade não cumpriu o que prometeu e que mesmo assim ainda há saída e um esforço para a busca de alternativas para nossos dilemas pautados por uma retomada de posturas éticas.

Nesse sentido, Habermas propõe uma descolonização do mundo da vida mediante o retorno à razão que lhe é própria: a racionalidade comunicativa. Esta busca colocar em prática a teoria da ação comunicativa. Ou seja, a razão instrumental não pode e nem deve ser empregada em áreas que não lhe é própria.

A teoria da ação comunicativa pode ser entendida como um esforço para dar bases sólidas ao projeto da modernidade. Para tanto, Habermas insiste no caráter universal da razão frente às muitas vozes existentes. Por isso, a busca por uma comunicação efetiva é fundamental em sua obra (LEIS, 1999).

A discussão da ação comunicativa liga-se à reconstrução de novos valores visando um equilíbrio social. Tal postura é e pode ser percebida como uma busca de novos valores, ou seja, um retorno à discussão sobre ética (HABERMAS, 1994, 2000).

Na visão de Beck vivemos numa sociedade de risco e o risco liga-se ao conhecimento perito (*expert*). O posicionamento da racionalidade científica é constantemente questionado por novos conhecimentos que alteram sempre os possíveis cenários (BECK, 1992).

Como alternativa à sociedade de risco de Beck e a superação dos problemas advindos com a modernidade é preciso contar com a forte atuação da sociedade civil como um agente de questionamento da ciência e do posicionamento dos governos frente aos riscos globais. A resolução dos dilemas dá-se via abertura política e neste contexto discussões sobre direitos e individualidades tornam-se mais frequentes, ou seja, renasce a discussão sobre ética.

Como uma possibilidade de ultrapassar os limites da modernidade é fundamental na obra de Giddens a alteração de suas dimensões por outras formas alternativas. Assim, as dimensões da modernidade como industrialismo, capitalismo, vigilância e poder militar podem ser modificadas a fim de se ultrapassar os dilemas advindos com a modernidade. Como forma alternativa para as dimensões da modernidade Giddens propõe ao industrialismo e os meios de violência a mudança para a natureza humanizada e o poder negociado. Ao capitalismo sugere-se uma economia pós-escassez. A vigilância sugere-se a democracia dialógica.

É importante ressaltar que tais dimensões só relacionam-se no pensamento de Giddens mediante a transformação da intimidade¹⁶. Esta não é uma dimensão da modernidade no pensamento de Giddens, mas é fundamental para que as alterações proposta por sua política radical evidenciem-se.

A transformação da intimidade proporciona um modelo de relacionamento, o relacionamento puro. Este deve se expandir para todas as relações sociais para o desenvolvimento de uma política radical como a democracia dialógica.

¹⁶ Por transformação da intimidade entende-se a mudança nos padrões de relações entre os indivíduos via relações afetivas que alteram os papéis clássicos entre a divisão sexual de tarefas. Devido aos relacionamentos homoafetivos há uma discussão dos papéis entre os pares e essa discussão não passa pela divisão de tarefas mediante a distinção entre o gênero (GIDDENS, 1993). Tal tema é muito abordado por Giddens e fundamental para as saídas alternativas às dimensões da modernidade. Discuto tais implicações em minha dissertação de mestrado no terceiro capítulo.

A democracia dialógica incentiva a democratização em todas as esferas do Estado e da sociedade. Ela cria formas de intercâmbio social que podem contribuir substancialmente para a reconstrução da solidariedade social. A democracia dialógica é uma situação na qual existe uma autonomia desenvolvida na comunicação sendo que esta forma um diálogo por meio do qual as políticas e atividades são moldadas. Nesse sentido, a democracia dialógica avança sobre as quatro áreas que compõem a modernidade.

Nesse sentido, a política radical é uma alternativa para se trilhar o mundo novo trazido pela sociedade pós-tradicional. Essa política radical constitui-se numa saída para os dilemas da sociedade moderna. Para cada dimensão da modernidade existe uma alternativa e todas as alternativas somadas produzem a política radical assim como a soma das dimensões institucionais configura a modernidade.

Portanto, a resolução dos dilemas da modernidade é algo em construção. Não é algo dado. O caminho a ser trilhado possui várias direções e cabe aos indivíduos enquanto sociedade escolher seu destino. Nesse sentido, é imprescindível o debate e o resgate da ética nas relações como uma tentativa de encaminhar soluções mais justas para os problemas sociais.

Com efeito, é nessa tentativa de superar os dilemas da modernidade (GIDDENS, 1991a) ou cumprir as promessas da modernidade enquanto projeto inacabado (HABERMAS, 1992) ou alterar os efeitos da sociedade de risco (BECK, 1994) que este artigo pretende trazer alguma luz a discussão sobre modernidade ou pós-modernidade e explicitar as ligações entre as promessas da modernidade e a ética segundo Aristóteles. É uma breve reconstrução teórica do pensamento de autores relevantes para as Ciências Sociais e a tentativa de dar ao leitor a possibilidade de construir seus próprios cenários futuros e decidir qual mundo deseja e qual sociedade quer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômono*. São Paulo: Vozes, 2002.

BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. London, Inglaterra: Sage Publications Ltd., 1992.

COHN, Gabriel (org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1997.

COHEN, Ira J. *Structuration Theory: Anthony Giddens and the constitution of social life*. London, Inglaterra: Macmillan, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991a.

_____. *Modernity and Self Identity: self and society in the late modern age*. Standford, California, EUA: Standford University Press, 1991b.

_____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição estética na ordem social*. São Paulo: UNESP, 1995.

HABERMAS, Jurgen. *The theory of communicative action*. Cambridge, Inglaterra: Polity Press, 1984. 1v.

_____. Modernidade – um projeto inacabado. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jurgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 99-123.

HALL, S. et al. *Modernity: an introduction to modern societies*. Massachussets: Blackwell Publishers, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LEIS, Hector Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1999.

LYOTARD, Jean F. *A condição pós-moderna*. Lisboa, Portugal: Gradiva, [s.d].

MARX, Karl. *O manifesto comunista*. Campinas: Paz e Terra, 1996.

bioenergia em revista: diálogos, ano 2, n. 2, p. 66-78, jul./dez. 2012.

VIEIRA, Luciana Moreira Martins

Modernidade ou pós-modernidade: qual o período em que vivemos?

(A ética tem lugar nesta discussão?)

VIEIRA, Luciana Moreira Martins. *Modernidade: a contribuição de Anthony Giddens ao debate contemporâneo*. 2002. 158f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, [1967, 1968].

1 Luciana Moreira Martins VIEIRA é Docente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba / UNIMEP, Piracicaba, São Paulo, Brasil e da Faculdade de Tecnologia de Piracicaba Dep. “Roque Trevisan” - FATEC, São Paulo, Brasil.